

As Deportações em Mari

Filipe Caldeira¹

Resumo: O presente trabalho aborda o fenómeno das deportações de grupos populacionais na Antiga Mesopotâmia, tendo como fonte a epistolografia mariota, Mari, no início do século XVIII a.C.

Palavras-chave: Antiga Mesopotâmia; deportações; Mari; epistolografia; Samsû-Addu; Yashmah-Addu.

Abstract: This work focuses on the population deportations phenomenon in Ancient Mesopotamia, having as its source the Mari correspondence at the beginning of the XVIIIth B.C.

Key-words: Ancient Mesopotamia; deportations; Mari; correspondence; Samsû-Addu; Yashmah-Addu.

¹ Licenciado em História, com Pós-Graduação em Ciências da Informação e da Documentação pela Universidade Nova de Lisboa – FCSH.

O fenómeno da deportação de grupos populacionais teve na Mesopotâmia um papel de relevo, sobretudo em períodos da sua história em que a vertente expansiva de determinados monarcas, ou reinos, mais se fez sentir. A expansão territorial neo-assíria é talvez, a este nível, o caso mais paradigmático. As fontes mostram-se neste período mais generosas quantitativa e qualitativamente², permitindo-nos uma melhor compreensão do fenómeno do que, por exemplo, aquelas que analisamos neste trabalho. Com efeito, a epistolografia mariota que consultamos³ é lacunar relativamente à discriminação dos indivíduos deportados, quanto ao seu sexo ou ao seu estatuto sócio-profissional.

Mencionámos o facto das deportações se registarem, geralmente, com maior intensidade em fases de expansão e anexação territorial. A cronologia que aqui é considerada abarca o reinado de Samsî-Addu e enquadra-se precisamente num contexto expansionista que resultou na formação do reino da Alta Mesopotâmia. Um reino constituído por um espaço territorial alargado, tendo Samsî-Addu considerado necessário dividi-lo em três circunscrições administrativas. As principais decisões cabiam a Samsî-Addu, que reservava para si o controlo directo dos territórios dependentes de Šubat-Enlil, mas outorgou o governo de Ekallâtum e de Mari, respectivamente, a Išme-Dagan e a Yasmah-Addu, seus filhos.

Mari, anexada por Samsî-Addu em 1793 a. C.⁴, era então um ponto estratégico do ponto de vista comercial. Situada no Eufrates médio, a sua posição geográfica granjeava-lhe uma prosperidade económica, viável, nomeadamente, através do controlo e da cobrança de taxas sobre as caravanas comerciais que se cruzavam no seu território. Mas Mari era ainda um importante centro produtor de tecidos e cujo desenvolvido sistema de irrigação lhe permitia usufruir de uma considerável produção

² Relativamente às deportações no período neo-assírio veja-se Oded, 1979. Embora o seu âmbito cronológico não coincida com o que é nosso objecto de estudo, esta obra revela-se importante na medida em que a metodologia adoptada no tratamento das fontes e as interpretações e considerações diversas que emite nos servem de elemento comparativo. A confrontação com um período posterior permite-nos ponderar algumas interpretações no que diz respeito a determinadas problemáticas que, apesar de tudo, são comuns.

³ O conjunto das fontes analisadas encontra-se compilado em Durand, 1990-2000. Convencionou-se adoptar em relação a estas fontes a abreviatura que vamos utilizar quando as citarmos, quer em nota de rodapé, quer no próprio texto: *ARM*. O presente relatório teve por base as seguintes cartas: *ARM* I 33; I 106; II 9; V 27; V 29; V 35; I 79.

⁴ É uma cronologia apontada por Anbar, 1991: 44.

cerealífera (Kuhrt: 102-104). No entanto, tal situação acabava por fazer deste espaço um alvo da cobiça de regiões vizinhas⁵, designadamente, daquelas ocupadas pelos nómadas da estepe síria, problema com que Yasmah-Addu se debateu (Kupper, 1973). Aliás, uma das cartas (ARM V 27) deixa transparecer as perturbações com os nómadas Benjaminitas. Samsî-Addu aconselha Yasmah-Addu a reunir-se com Sîn-têrî para que discutam a possibilidade daqueles atravessarem o monte Bišri. É sintomático que Samsî-Addu acabe por reconhecer, por um lado, a inevitabilidade de danos causados pelos nómadas, por outro, uma certa fragilidade ou impotência de seu filho perante um problema desta natureza.

Pensamos, com efeito, que é à luz deste contexto que a informação que nos faculta a correspondência de Mari, concretamente as cartas aqui consignadas, deve ser compreendida e enquadrada. Afirmamo-lo tendo presente aquelas que identificámos como as funções das deportações e, neste sentido, a finalidade económica era uma das principais forças que incitavam a deportação de grupos populacionais. ARM I 106 é, a este respeito, bem demonstrativa. Samsî-Addu adverte Yasmah-Addu da inconveniência que representa a colocação da criadagem, cuja proveniência não conhecemos, na cidade de Abattum, em lugar de Mari⁶. Considerou-se mais prudente a sua substituição, na primeira urbe, pela população que havia sido deslocada de Ahâzum, local submetido à administração directa de Samsî-Addu. Note-se que Abattum era uma cidade que se situava a montante de Tuttul, junto ao Eufrates. O facto de se encaminhar um grupo de indivíduos para uma região com estas características geográficas, mas que se encontrava debilitada demograficamente (Durand, 1990-2000: 316), pode ser um indicador do interesse que haveria no sentido do seu desenvolvimento económico. A proximidade do rio conferir-lhe-ia, seguramente, uma relevância indiscutível no que diz respeito à participação nas actividades comerciais que seguiriam o curso fluvial.

Por outro lado, a necessidade de proceder a uma mudança de população é revelador de uma determinada especialização profissional. Isto parece-nos claro, relativamente à mencionada criadagem. No entanto, o verbo (*puhhum*) utilizado para designar a ideia de “substituição” não contribui para que fiquemos esclarecidos quanto

⁵ A documentação produzida no reinado de Zimrî-Lîm comprovaria esta situação, tendo em conta, sobretudo, o complexo “jogo” de alianças diplomáticas registadas. Cf. Caramelo, 2002: 161-179.

⁶ Aceitamos aqui a sugestão de Durand, 1990-2000: 316.

à natureza desta troca. O seu significado literal é simplesmente «trocar» (Black, 1999: 277)⁷, o que não nos explicita sobre o propósito da deslocação a que a missiva alude. Ou seja, teria este grupo populacional vindo preencher uma determinada função na qual a escassez de pessoal se fazia sentir, insuficiência que obrigara Samsî-Addu a abdicar de um grupo de habitantes da sua circunscrição? E seria a permuta de pessoal por elementos estrangeiros um reflexo de que a ocupação profissional destes, no seu território de origem, era diferente e se ambicionava salvaguardar, em Mari, a qualidade do serviço prestado por servidores especializados?⁸ Ou era a “substituição” um instrumento que visava conciliar uma lógica de repovoamento comum a todo o reino da Alta Mesopotâmia, procurando privilegiar o tecido urbano mais promissor em termos económicos, com a provisão de pessoal servidor aos palácios, em grande medida uma exigência imposta pela complexificação económica, social e administrativa causada pelo processo de expansão territorial que caracterizou o reinado de Samsî-Addu?

Esta última questão parece reunir à sua volta um conjunto de elementos, fornecidos por outras cartas, que nos encaminham no sentido de uma resposta afirmativa, comprovando a estreita relação entre o incremento económico e as suas consequências imediatas, a que havia que dar resposta. Os deslocados participam, assim, de uma lógica administrativa centrada em Samsî-Addu, que constantemente aconselha, adverte e orienta os seus filhos. Repare-se que, se em *ARM I 106* o conjunto de indivíduos deslocados é originário de uma região governada directamente por Samsî-Addu, em *ARM V 29* o processo é o inverso. Tarîm-Šakim, ao serviço de Yasmah-Addu, informa-o de que o seu pai lhe ordenara o encaminhamento dos habitantes que tinham sido deportados de Râpiqum, que naquele momento se encontravam em Tuttul, para os seus domínios. Não é explicitada a tarefa que os

⁷ Doravante será utilizada a abreviatura CDA.

⁸ A amplitude semântica do termo empregue na designação do “deslocado” ou do “deportado” não nos permite formular conclusões definitivas quanto à sua origem socio-profissional. O substantivo *nasîhu* é ambivalente: pode ser utilizado em relação a uma pessoa que é deslocada para um local com o intuito de desempenhar um qualquer trabalho, e aqui não se lhe atribui, à partida, qualquer carácter bélico; mas também significar simplesmente uma pessoa deportada, sendo evidente, neste caso, a origem bélica de quem se encontra nesta condição. Esta ambivalência tem repercussões em termos das traduções de textos académicos, não havendo, em alguns casos, consenso quanto à forma a adoptar. Cf. *CAD N/2*, p. 1-15; 26 e Richardson, 2000: 53, nota 23. É interessante verificarmos que em CDA se traduz *nāsihu*, no período babilónico antigo, por “pessoa deslocada” ou “trabalhador”. Portanto, a problemática permanece, no entanto a segunda hipótese de tradução levanta algumas questões a que oportunamente faremos referência. Cf. *CDA*, p. 243.

aguardava. Todavia, o facto de o rei ter insistido na concretização rigorosa de uma inspecção, materializada num recenseamento, pode indiciar o carácter militar deste procedimento, algo a que só o conhecimento da datação da carta traria um maior esclarecimento.

Samsî-Addu imiscui-se ainda, como é patente em *ARM II 9*, nas relações entre Mari e Ekallātum, impelindo Yasmah-Addu a deixar partir as famílias dos indivíduos desocupados que haviam sido atribuídos a Išme-Dagan. Este registo epistolar suscita-nos alguns comentários. Em primeiro lugar, ilustra a ingerência do rei nos domínios cuja administração delegara em seus filhos, isto na sequência do quadro explicativo a que aludíamos no parágrafo anterior. Em segundo, ao mencionar-se um grupo de habitantes de Šinānum que, pelo que se deduz, teria sido concedido a Išme-Dagan pelo facto de estar desocupado, estar-se-ia a evocar uma situação momentânea, motivada pela condição particular dos deslocados, submetidos a um carácter itinerante? Em terceiro lugar, a questão essencial da missiva é a autorização concedida às famílias daquele grupo para partirem. Que intentos subjazem a esta medida? Corresponderia à falta de mão-de-obra em Ekallātum? Ou reflectiria um estado de tensão provocado pela separação familiar? Sabemos que na época neo-assíria era habitual fazer-se acompanhar os deportados das suas famílias. Bustenay Oded interpreta esta prática como uma forma de evitar a fuga dos indivíduos deslocados, assegurando, simultaneamente, o seu enraizamento na comunidade em que seriam integrados e criando condições para o sucesso dos objectivos a que obedeceram as suas deportações (Oded, 1979: 22-26). Na correspondência mariota há registos de fugas, designadamente quando são mencionados os recenseamentos (*ARM V 35*)⁹ e não nos custa acreditar que, apesar do fosso cronológico que separa estas duas épocas, razões muito similares presidiriam a uma medida desta natureza.

Ainda em relação aos “desocupados”, mencionados em *ARM II 9*, a leitura que fazemos, e que se prende com a primeira interrogação enunciada no parágrafo anterior, é a de que pertenceriam a uma faixa etária habilitada ao trabalho e, portanto, necessariamente jovem. Arriscamos mesmo a avançar com a hipótese daqueles pertencerem, senão todos, pelo menos a grande maioria, ao sexo masculino. Sabemos

⁹ Indirectamente *ARM V 29* alude à questão dos fugitivos. Pensamos que Samsî-Addu se refere, neste caso concreto, às fugas aos recenseamentos e não àquelas que se registavam durante a deslocação. Mas na carta *ARM V 35* denuncia-se claramente a fuga de deportados e como este facto estava a prejudicar o serviço do administrador local, Hâsidânum.

pelos “códigos” legais mesopotâmicos, nomeadamente o de Hammurabi, que a composição familiar era alargada, envolvendo os pais, os avós, os filhos, os primos, eventualmente os escravos. O facto de na carta se individualizar um conjunto de indivíduos, atribuindo-se-lhes uma designação que imediatamente nos remete para a sua condição profissional, denuncia, a nosso ver, a interpretação que sustentamos¹⁰.

Outro dos objectivos fundamentais das deportações seria a de responder à carência de funcionários dos palácios que bordejavam o Eufrates¹¹. Em *ARM V 27* esta situação é nítida. Tarîm-Šakim informa Yasmah-Addu sobre as 1030 pessoas, reunidas em resultado de um saque, que Samsî-Addu lhe enviara para que aquele as distribuísse pelos diferentes palácios. Algo único na correspondência analisada é a alusão ao número de deportados, um valor considerável mas que comentaremos mais adiante. Promovida por Samsî-Addu, a deportação é justificada, em função de uma conjuntura de guerra. Em *ARM V 35*, por sua vez, o governador de Mari é notificado, a propósito da elaboração de um recenseamento, da mesma situação de falta de pessoal servidor. Neste sentido, parece haver uma aparente contradição entre *ARM II 9*, *ARM V 27* e *ARM V 35*. Aparente porque os deslocados em *ARM II 9* estariam vinculados a um tipo de trabalho que não se coadunava com o serviço palacial.

Abordada a questão da finalidade das deportações, ou das transferências de população, impõem-se agora algumas considerações em torno do que as cartas deixam transparecer sobre esta realidade. Na nota 11 evocámos já a dualidade semântica da palavra que traduz a condição do deportado e as cartas reflectem-no. A verdade é que as referências alternam entre os “deportados” (*ARM V 27*, *V 29*, *V 35*), os “deslocados” (*ARM V 27*, *I 79*) e os “indivíduos/habitantes” (*ARM I 33*, *II 9*, *V 27*, *V 29*)¹². Pensamos que esta demarcação não é casual e que tem por objecto identificar diferentes categorias dentro de uma realidade comum, que implicava uma deliberada transferência populacional. Portanto, os motivos por detrás destas transferências não assentariam apenas nos saques de guerra, mas também em razões de outra natureza. Lembramo-nos, neste sentido, do modelo de deportação neo-assírio em que,

¹⁰ Lembramos, apesar de tudo, que na terceira dinastia de Ur, os registos parecem demonstrar que, muitas vezes, entre os prisioneiros de guerra deslocados a ausência de elementos masculinos se fazia sentir. No entanto, dificilmente aceitamos que os deslocados de *ARM II 9* tenham origem no contexto de alguma batalha.

¹¹ Veja-se o que dissemos na nota 13 em relação a *ARM V 35*.

¹² Quanto a *ARM I 33*, atribui-se ao conjunto da população deportada o substantivo “saque”, sendo nítido o contexto em que se operou a deportação.

frequentemente, ambicionando eliminar focos de resistência local ao seu domínio, o rei opta por implantar os indivíduos em territórios distantes. Ali, os recém-chegados, face a uma natural hostilidade da comunidade acolhedora, desenvolveriam uma relação de proximidade com a autoridade central, que se apresenta como sua defensora (Oded, 1979: 41-74). Ora, no corpo documental analisado, só é clara a natureza da deportação, entenda-se natureza bélica, em *ARM I 33*; *V 27*; *V 29*; *V 35*.

Mas a epistolografia mariota fornece-nos dados de outra sorte, em particular no que concerne as condições e o estatuto dos deportados, ainda que muito vaga e lacunarmente. Pelas cartas *ARM V 29* e *ARM V 35* sabemos que podiam ser submetidos a um recenseamento onde eram registados e organizados, segundo o nome próprio, os mortos e os fugitivos¹³. Ficamos a conhecer uma das facetas desta realidade, sendo que os escassos informes não nos permitem especular sobre as condições gerais em que eram transportadas estas pessoas. Em *ARM I 33* é perceptível a inquietação de Samsî-Addu face a um grupo de deslocados que se encontrava na cidade de Nilibšinnu, ao que tudo indica sem cuidados especiais de vigilância e, portanto a quem tinha sido atribuída uma certa liberdade de circulação. Uma condição que imediatamente se pretende cercear, deduzindo-se que se havia fomentado um factor de perturbação, visível pela preocupação do rei em aconselhar Yasmah-Addu a guardar o cereal. Uma apreensão que se compreende, tendo em conta que se considerou necessária uma força de trezentos soldados para acompanhar e manter, pelo que se percebe, um número bastante considerável de indivíduos. Não esqueçamos que em *ARM V 27* se aponta para o valor 1030. O impacto de um tal número sobre uma comunidade causaria, decerto, alguma fricção e a medida enunciada nesta carta parece evidenciar isso mesmo.

Não obstante, a restante documentação patenteia uma autoridade que, naturalmente, seria inerente ao contexto que temos vindo a expor. É este constrangimento que em *ARM I 79* legitima o facto de Yasmah-Addu questionar o seu pai sobre o estatuto daqueles que entre os deslocados¹⁴ se considera isentáveis da sua condição. Isto denota uma evidente diferenciação social e se não sabemos quais os

¹³ Em *ARM V 35* é feita referência à tabuinha daqueles que Jean-Marie Durand identifica como os que se encontravam vinculados ao serviço dos vários palácios e que haviam sido requisitados para a prestação das corveias agrícolas. Não é claro, contudo, se estes servidores eram oriundos da população deportada, pelo que não mencionámos esta indicação quando falámos das finalidades das deportações.

¹⁴ Note-se que não é empregue o termo “deportado”, a que associamos um carácter bélico, o que pode ser revelador das condicionantes que norteavam a classificação de “isentáveis”.

indivíduos abrangidos por esta concessão, fica, pelo menos, o registo de que era uma medida prevista e, ao que tudo indica, obedeceria a uma periodicidade anual.

Os arquivos de Mari elucidaram-nos a respeito da forma como se processavam as deportações, integrando-as num espaço mais vasto, aquele que correspondia ao do reino da Alta Mesopotâmia. Um fenómeno que obedecia aos interesses económicos, políticos e militares de um poder em fase de afirmação e que por isso mesmo não era alheio a certas *nuances* que intermitentemente fomos apontando.

Bibliografia

Fontes/Dicionários

- BLACK, Jeremy; GEORGE, Andrew; POSTGATE, Nicholas, (ed.) – *A Concise Dictionary of Akkadian*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1999.
- DURAND, Jean-Marie (org. e trad.) – *Documents Épistolaires Du Palais de Mari*. Paris : Les Éditions du Cerf, 1990-2000.
- RICHARDSON, M. E. J. (texto, trad. e glossário) – *Hammurabi's Laws*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2000.

Estudos

- ANBAR, Moshé – *Les Tribus Amurrites de Mari*. Freiburg: Universitätsverlag Freiburg – Göttingen; Vandenhoeck & Ruprecht, 1991.
- CARAMELO, Francisco – *A Linguagem Política Na Mesopotâmia (Mari e Assíria)*. Cascais: Patrimonia Historica, 2002.
- KUHRT, Amélie – *The Ancient Near East, c. 3000-330 BC*. [s.l.:s.n.], [s.d.]. Vol. 1.
- KUPPER, J.-R. – Northern Mesopotamia And Syria. In *History Of The Middle East And The Aegean Region, c. 1800-1380 B.C. The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973. Vol. II, parte 1.
- ODED, Bustenay – *Mass Deportations And Deportees In The Neo-Assyrian Empire*. Wiesbaden: Reichert, 1979.